

BAIRROS RURAIS E RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS NO OESTE PAULISTA

RURAL DISTRICTS AND RESISTANCE: THE FORMATION FROM THE RURAL COMMUNITY'S IN THE WEST OF SÃO PAULO

Paulo César de Souza

Mestre e Doutorando em Geografia pela FCT/UNESP/Presidente Prudente – SP
paulinhogeo@hotmail.com

Antonio Nivaldo Hespanhol

Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente-SP
nivaldo@fct.unesp.br

Resumo

Com base no estudo do modo de vida caipira e na construção da sociabilidade rural foi efetuado o resgate do processo de (re)produção social da população dos bairros rurais do município de Martinópolis/SP. O recorte espacial selecionado para a investigação empírica foi a área situada ao norte do município de Martinópolis, Estado de São Paulo, e o período da análise se estendeu do final da década de 1930 até o ano de 2003. A construção da sociabilidade persistiu perante a expropriação da força de trabalho e dos meios de produção, com enfoque a dois tipos de resistência: simbólica e material. Os bairros rurais se constituem atualmente, unidades geográficas nas quais se sobressaem as relações de vizinhança, os costumes são comuns e há forte identidade com o meio rural. A eficácia simbólica está associada à construção, a manutenção das sociedades e a afirmação das identidades, por meio de ícones e símbolos que configuram, formalmente, a integração, a unidade e a existência social. A eficácia material se concretiza na permanência no meio rural com a manutenção da propriedade para uso da terra e a busca de alternativas e iniciativas que geram trabalho e renda.

Palavras-chave: Bairros rurais, Sociabilidade, Desenvolvimento local, Grupos sociais, Agropecuária.

Abstract

On basis of the study of the way of country life and in the construction of the rural sociability was performed the rescue of the trial of social (re) production of the population from the rural districts of the town of Martinópolis-SP. The spatial cutting selected for the empirical investigation was the area situated in the north of the referred town and the period of the analysis itself extended from the end of the decade of 1930 to the year of 2003. The construction of the sociability persisted before the expropriation of the workforce and of the means of output by the capital through two kinds of

resistance, the symbolic and the material. The rural districts are constituted nowadays, geographical units in which the relations of neighborhood stand out, the customs are common and there's a strong identity of the persons with the rural environment. The symbolic efficacy is associated to the construction, the maintenance of the societies and the assertion of the identities that gives by means of icons and symbols that configure formally the integration, the unit and the social existence. The material efficacy comes true in the permanence and fixation in the rural environment by the maintenance of the property of the land, the alternatives and the initiatives of work generation and income.

Keywords: Rural districts, Sociability, Local development, Social groups, Farming.

Introdução

Este texto tem como objetivo analisar a nova configuração das comunidades rurais situadas em localidades que dependem, basicamente, do desempenho do setor agropecuário, situadas na Região de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. A base empírica da pesquisa foi o município de Martinópolis, um dos maiores da região.

Os bairros rurais de Martinópolis foram analisados sob a ótica da sociabilidade rural, com o objetivo de averiguar as perspectivas e as alternativas para a permanência da população no campo.

A partir da análise de dados secundários levantados nos Censos Agrícolas, Agropecuários e Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou-se que as condições propícias para o desenvolvimento local eram bem limitadas até o início dos anos 1990, em virtude de não ter sido constituída nenhuma cadeia produtiva importante e da ineficiência das políticas públicas que favorecessem o desenvolvimento local.

Além da pesquisa bibliográfica, foram levantados dados de fonte secundária e aplicados formulários junto às populações dos bairros rurais, analisando-se seus perfis. Preliminarmente foram considerados dois grupos: a. Proprietários rurais (sitiantes); b. Trabalhadores assalariados (permanentes e temporários).

Aplicou-se aleatoriamente, 90 formulários, dos quais 43 (48%) a proprietários rurais e 47 (52%) a assalariados. A quantidade de 43 proprietários representa uma parcela de 20% do universo estudado, enquanto que os 47 trabalhadores são pessoas que moram nos diversos bairros e vilas de município. Esses formulários foram aplicados

nos distritos de Teçaindá e Guachos; nas vilas Santa Luzia, Bandeirantes e Martins; e, nos bairros Cristal, Matão, Gleba Nova, Capão Bonito e Chora-Chora.

O texto está constituído de quatro partes quais sejam: a. caracterização do município de Martinópolis no contexto regional e estadual, o processo de formação territorial e de seu povo; b. o enfoque da resistência dos bairros rurais, desde o processo formação territorial, à adaptação aos ciclos de evolução e involução econômica; c. O aspecto da resistência simbólica e o modo de vida, e, d. os aspectos de resistência material e o processo de inserção no modelo capitalista como consequência de sua existência. Conclui-se com algumas considerações finais e apontamentos para novas perspectivas para os habitantes dos bairros rurais da região de Presidente Prudente.

Este artigo é parte dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado intitulada “A resistência dos bairros rurais no Município de Martinópolis – SP”, desenvolvida pelo primeiro autor sob a orientação do segundo, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente.

Caracterização do município de Martinópolis

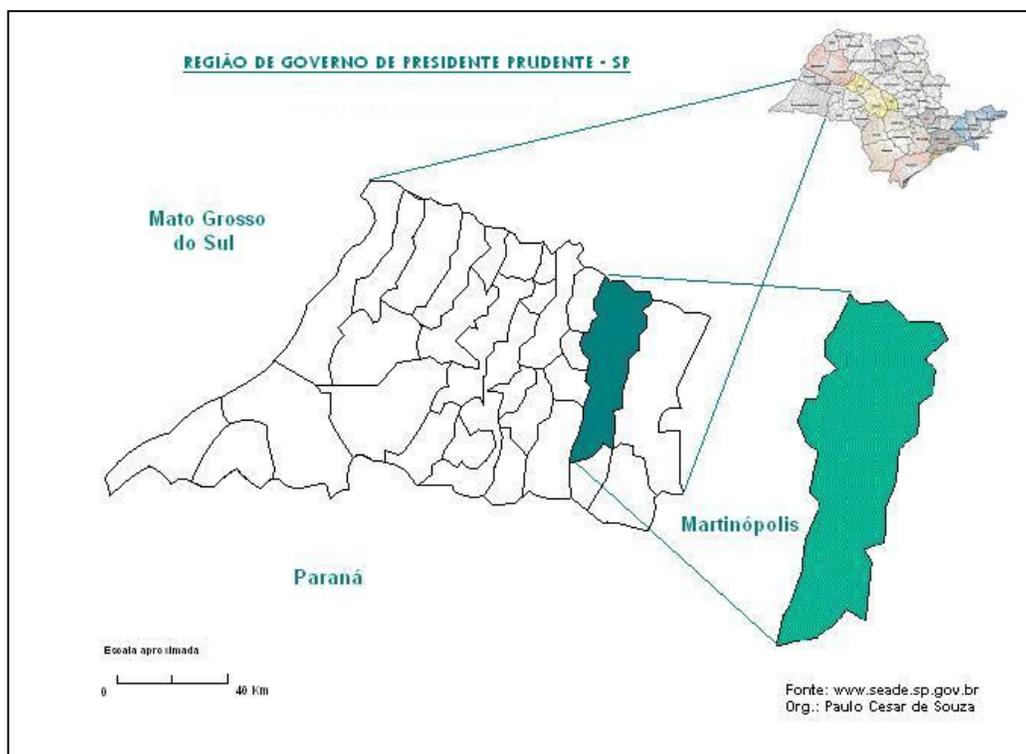
Martinópolis está localizado na Região de Presidente Prudente, porção Oeste do Estado de São Paulo. Destaca-se por apresentar uma extensa área (1.253 Km², IBGE, 2003). O município está subdividido em três distritos: Martinópolis, Guachos e Teçaindá, conforme se verifica no Mapa 1.

O município situa-se entre as coordenadas geográficas 51° e 51°20' de longitude oeste, e, 21°55' e 22°33' de latitude sul. A sede municipal está na parte central, junto ao espigão divisor de águas das bacias dos Rios do Peixe e Paranapanema.

A população de Martinópolis era de 23.983 habitantes em 2007 (IBGE, www.ibge.sidra.gov.br) e a maioria se concentrava nas áreas urbanas – na cidade de Martinópolis e nas vilas distritais de Guachos e Teçaindá, com taxa de urbanização de 80,4%.

No decorrer das décadas de 1940 e 1950 a base econômica do município se assentou no setor agropecuário com destaque para as produções de algodão e amendoim. Destacavam-se também as culturas de milho, feijão e mandioca, as quais

foram gradativamente substituídas pela pecuária de corte, que se fortaleceu no decorrer das décadas de 1960 e 1970. Atualmente vem ocorrendo a expansão das áreas ocupadas pela cultura da cana-de-açúcar e aumento da pecuária leiteira nas pequenas propriedades.



Mapa 1 – Localização do Município de Martinópolis na RA de Presidente Prudente

Em 1922, a Empresa de Colonização Martins adquiriu algumas fazendas na região, dando origem a ocupação. As transações imobiliárias se intensificaram na década de 1920, quando a empresa colonizadora passou a vender lotes rurais e urbanos localizados nas proximidades da estação ferroviária (DALTOZO, 1999).

A primeira atividade econômica foi à extração de madeira e de argila. Após a apropriação da área e adaptação ao meio natural, a base econômica passou a ser a agricultura. A expansão agrícola pode ser dividida em várias fases. Leite (1972) observa que os ciclos produtivos da Alta Sorocabana foram os seguintes: “fase do café, até

meados da década de 30; - fase do algodão e do amendoim, até meados da década de 50; fase da pecuária de corte, a partir de meados da década de 60 (p. 76, 78). Após a década de 1960, houve aceleração do êxodo rural. Souza e Hespanhol (2002) resumem essa expansão-retração enfatizando que

A economia de Martinópolis sempre esteve vinculada à agropecuária. Entre meados da década de 1950 e o final da década de 1960, as culturas de algodão e de amendoim se constituíram na base da economia local. A maioria da população do município residia na zona rural e encontrava-se diretamente vinculada à agricultura (...). Nesta época, o papel dos bairros rurais na economia municipal era de tamanha importância e de sobremodo destacado, já que a maior parte da produção era realizada nas áreas dos atuais Distritos de Guachos e Teçaindá, ou seja, no norte do município e em alguns bairros localizados na porção noroeste e oeste (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p. 100).

A substituição das lavouras pelas pastagens, após a fase dos ciclos produtivos (LEITE, 1972), alterou profundamente as relações de trabalho e a estrutura sócio-econômica da região e do município de Martinópolis. Os agentes sociais que compunham a massa trabalhadora no campo (pequenos proprietários, arrendatários e parceiros) ficaram subordinados a ação capitalista. Muitos, pequenos proprietários, se desfizeram das terras e passaram a se dedicar a outras atividades nas vilas, na cidade e em outros centros.

Todavia

Os trabalhadores rurais mais pobres que se dirigiram para as cidades da região se transformaram em mão-de-obra volante, ocupando os bairros periféricos. O deslocamento para a cidade provocou profundas mudanças na forma de viver dessa população. Assim, parte dos antigos trabalhadores rurais autônomos converteu-se em trabalhadores volantes, com baixo padrão de vida e enfrentando muitas dificuldades para se reproduzirem socialmente (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p. 103).

Com a concentração de terras, a principal atividade passou a ser a pecuária extensiva, absorvendo, por consequência, reduzida mão-de-obra (D'INCAO e MELLO, 1975). As pequenas propriedades que restaram em Martinópolis situam-se na parte norte, bem como nas proximidades da cidade sede do município e do Rio do Peixe. A configuração geográfica da área favorece às atividades agropecuárias, dada a densa rede hidrográfica, disponibilidade de água na maioria das propriedades, solo fértil e úmido e densa rede de estradas vicinais.

A resistência dos bairros rurais

O processo de ocupação do espaço rural em Martinópolis resultou no surgimento de vários bairros rurais, seguindo o mesmo padrão na maioria dos municípios da então, denominada, Região da Alta Sorocabana e atual Região de Presidente Prudente. A definição dos lugares foi materializando-se através da construção social das realidades locais. Na medida em que os espaços foram ocupados, os grupos se apropriaram dos recursos disponíveis, adaptando-se ao meio natural local.

O migrante transformou-se no colono. Ele não era responsável pelo loteamento e comércio das terras, mas pela extração da madeira, usada na construção de sua residência e para venda; em seguida, efetuavam-se as primeiras culturas de subsistência. Nestes locais, residiam migrantes, que, segundo Petrone (1982) compunham a configuração geográfica-social do espaço denominado “colônia”.

Assim

O lote colonial e a família funcionavam como unidade produtiva, o sucesso dependendo do bom desempenho dos membros da família. [...] Tudo girava em torno da idéia de que o colono devia ser auto-suficiente, vendendo os excedentes e produzindo alguns gêneros em quantidade maior a fim de destiná-los ao mercado interno (PETRONE, 1982, p. 60).

Grande parte das famílias é constituída por imigrantes europeus e japoneses, que moravam anteriormente nas áreas cafeeiras antigas do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro (MONBEIG, 1984). A tabela 1 demonstra que, dentre as 90 famílias entrevistadas, 26 declararam que, os seus pais ou avós vieram de outros países; 48 informaram que eles (pais e avós) vieram de outros estados da União, e 16, são provenientes de outras regiões do Estado de São Paulo.

Parte dos imigrantes estrangeiros, após trabalhar por um tempo nas lavouras de café, nas regiões produtoras do Rio de Janeiro e de São Paulo, migrou para o oeste do Estado de São Paulo. Essa corrente migratória, nas décadas de 1920 e 1930, alimentou o primeiro ciclo econômico, configurado pela transação imobiliária realizada por fazendeiros e pelas companhias de colonização.

As famílias de origem nacional vinham do Nordeste e do Estado de Minas Gerais (tabela 1), sendo a segunda leva migratória recebida nos bairros rurais nas décadas de 1940 e 1950. Para tanto, o conjunto da população rural de Martinópolis foi

formado por migrantes vindos das antigas regiões produtoras de café do Estado de São Paulo, e por mineiros e nordestinos.

De fato, o que se notou, foi um acentuado deslocamento interno da população paulista rumo ao interior, evidenciando que o paulista seguiu até na metade do século XX, seu espírito Bandeirante e desbravador, conforme enfatizam Ribeiro (2001) e Franco (1997).

Tabela 1 - Local de origem dos pais ou avós dos atuais moradores dos bairros rurais de Martinópolis entrevistados: País, Estado e Município

Nacionalidade		Estado de origem				Municípios paulistas			
País	Nº	Estado	Nº	Estado	Nº	Município Paulista	Nº	Municípios Paulistas	Nº
Espanha	4	MG	7	SE	5	Paraguaçu Paulista	2	Brodosky	1
Itália	15	RJ	7	PB	6	São Paulo	1	Batatais	1
Alemanha	3	AL	7	BA	4	Taquaritinga	1	Leme	1
Portugal	3	PE	6	CE	3	Inúbia Paulista	1	Pres. Epitácio	1
Suíça	1	PR	1	ES	1	Sorocaba	1	Oswaldo Cruz	1
Subtotal: 26			Subtotal: 48			Itápolis	1	São Manoel	1
						Regente Feijó	1	Birigui	1
						Assis	1	-	
						Subtotal: 16			
Total de entrevistados: 90									

Fonte: Pesquisa de Campo – 2003.

É com base no método comparativo, que Wortmann (1995) enfatiza as diferenças existentes entre os bairros colonizados por imigrantes europeus – sitiantes, e outros, formados por nordestinos – trabalhadores rurais (empregados e bóias-frias). Através deste pressuposto, percebe-se que as especificidades dos bairros se devem, principalmente, a origem e a formação sócio-cultural dos grupos que efetuaram a ocupação dessas novas terras.

A colonização realizada pelo imigrante de descendência européia, com base familiar estruturada no modelo patriarcal e a permanência na propriedade, facilitou a

implantação do trabalho familiar, e, posteriormente, o fracionamento dos lotes maiores, em partes menores, por herança.

Os nordestinos e mineiros, que vieram para trabalhar como mão-de-obra contratada, como não dispunham de dinheiro para comprar terra, se estabeleceram como parceiros – “colonos”, “meeiros” e arrendatários (D’INCAO e MELLO, 1975).

No caso de Martinópolis, os migrantes nordestinos chegavam em grande quantidade para trabalhar nas culturas de algodão e amendoim.

O meio rural brasileiro é heterogêneo, o que não impede de se observar grandes similaridades, em vários aspectos, entre diferentes regiões (RIBEIRO, 2001). Todavia, o que passou a definir os grupos foi o domínio dos meios de produção e os níveis de apropriação do meio natural, através da disponibilidade de capital e do aprimoramento das técnicas.

As comunidades rurais, segundo Lefebvre (1986), são vistas pela ótica do processo produtivo estabelecido em cada sociedade. Há, segundo o mesmo autor, uma complexidade dualista, a horizontal e a vertical. A primeira definida pela capitalização dos meios de produção por meio da mecanização e da tecnificação, fazendo com que o trabalhador rural se desloque diariamente da cidade para o campo. A segunda é a “coexistência de formações de épocas e datas diferentes [...] o mais arcaico ao lado do ultra moderno é observada algumas vezes num território restrito” (LEFEBVRE, 1986, p. 166).

As diferenças e semelhanças nas formações rurais que ocorreram em vários lugares do mundo, também se processaram no oeste paulista. Embora as comunidades rurais sejam definidas como um espaço local de relações diretas e em menor escala, elas não deixam de fazer parte do processo de reprodução do capital em sua totalidade, e da produção de espaços sociais desiguais.

Lefebvre (1986) fornece os elementos para se analisar as semelhanças, contudo ele redefine as disparidades segundo o crescimento desigual no seio de relações complexas reorientadas pelas forças produtivas. Para tanto, Lefebvre (1986) considera que:

A comunidade rural é uma forma de agrupamento social, que organiza, segundo modalidades historicamente determinadas, um conjunto de famílias fixadas no solo. Estes grupos elementares possuem, por um lado, bens coletivos e indivisos, e por outro, bens privados, conforme relações variáveis, mas, sempre, historicamente determinadas. Encontram-se ligados por disciplinas coletivas e designam – tanto tempo quanto a comunidade guarda uma vida própria – mandatários responsáveis para dirigir a realização dessas tarefas de interesse geral (LEFEBVRE, 1986, p. 156).

A configuração sócio-espacial das comunidades foi estabelecida de acordo com as forças produtivas e ressurgem a cada tempo com novas características, o que depende, efetivamente, do grau de capitalização, da inserção da técnica, do vigor do mercado e das transformações gerais sofridas pelos grupos.

No caso brasileiro, as comunidades se definiram em contextos regionais e produtivos variados (RIBEIRO, 2001), atreladas aos campos simbólico e material. No interior paulista existem diferenciações na formação da sociedade caipira miscigenada, baseada no trabalho livre, desde sua gênese, no espírito aventureiro, ora se envolvendo, ora se desvincilhando do fazendeiro. Assim, foram estabelecidas relações de proximidade e submissão, como também de independência e de construção de identidades.

A ocupação do oeste paulista, datada das primeiras décadas do século XX (MONBEIG, 1980), marcou o início da construção de um novo espaço no contexto nacional. Primeiramente, foi por meio da ação estatal que as empresas receberam outorga para efetuar colonização e comércio de terras. Posteriormente, houve as primeiras correntes migratórias, forjando a ocupação rural e a distribuição dos povoados. Logo, com o favorecimento da Geografia do território, nos espigões divisores de águas, foram abertos caminhos e estradas por entre matas e rios, o que permitiu a interligação entre comunidades, propriedades rurais e áreas urbanas (SOUZA, 2004).

A dualidade apresentada no espaço rural é caracterizada pela expropriação da terra e exploração do trabalho, e denota, simultaneamente, a presença de pequenas e médias propriedades e latifúndios. A ação do capital delimitou conformações diferentes para os bairros, quanto ao uso do solo, a dominação do espaço e a geração de renda. Isso não ocorreu somente no município de Martinópolis, mas em todo o interior paulista, principalmente nas terras mais longínquas como no caso da Região de Presidente Prudente.

Além da fixação de residência e da construção de um novo modo de vida, foram diversas as causas que motivaram a vinda de trabalhadores livres às terras do oeste paulista. A principal delas foi o trabalho com a lavoura. A segunda está associada ao imaginário do imigrante europeu de conquistar um território e alcançar a liberdade do típico migrante paulista, o “caipira” (CÂNDIDO, 2001). Nos dois casos, o que mais pesou foi a busca do sonho de possuir a sua própria terra, ou mesmo, na pior das hipóteses, executar trabalho livre.

A relação intrínseca com a terra, presente desde os primórdios da colonização brasileira, esboça a possibilidade de enraizar-se no lugar, como dele tomar posse, ser dono. Os motivos que proporcionaram a ocupação/povoamento estão relacionados também às condições naturais e de adaptabilidade. O conjunto de relações que envolvem desde crises, expectativas e sobrevivência, traz aspectos simbólicos e materiais que definem a reprodução do espaço e a distribuição do capital social.

Bosi (1994, p 12) salienta que é o deslocamento que os agentes sociais fazem de um lugar para outro, e, neste outro lugar, o fato de exercer a lavra da terra ou o ato de lavar o solo alheio, é o que se configura num dos importantes motivos do povoamento. De fato, a relação com a terra é elemento ímpar do propósito da formação do espaço rural.

Os bairros rurais surgem como resultado da efetiva produção do espaço local, o trabalho nele exercido e a transformação cotidiana do meio natural e continuidade de vida. O trabalho com a lavoura, a busca de melhores condições de sobrevivência, a manutenção da propriedade através da herança e compra de mais terras, também se constituem em elementos motivadores para o deslocamento.

Na pesquisa de campo se contatou que 32,2% dos entrevistados migraram com objetivo simplesmente de melhorar suas condições de existência; 52,2% decidiram migrar para trabalhar nas lavouras de café, algodão, amendoim e milho; 8,8% devido à proximidade familiar e herança; 10% vieram porque adquiriam terras.

De fato, mais do que as relações estabelecidas entre capital e trabalho, foram resistência e adaptação ao meio que definiram os pilares da construção dos povoados e núcleos. Partindo de alguns valores tais como: crenças, usos e costumes, cotidiano, lazer e descendência.

Os povoados e núcleos se constituíram baseados em contradições, desde a gênese da colonização com a distribuição desigual das terras até o uso atual das terras. Vale ressaltar que os bairros não surgiram como unidades isoladas, mas como resultado de um conjunto de fatores, uma rede de relações entre meios econômicos, sociais e culturais, produzida na ascensão, no acúmulo e deslocamento do capital das áreas de colonização mais antigas, para o interior de São Paulo.

Todavia, neste caso, as comunidades não derivaram de ações pontuais de ordem político-administrativa ou fruto de planejamento territorial estatal. Embora houvesse a intencionalidade do recente modelo republicano, de aproximadamente meio século, estas conquistas são realizações sociais surgidas de um processo bem mais amplo, com especificidades e peculiaridades, permitindo que fossem denominadas de **“bairros rurais”**.

Quer seja por descrições e apontamentos sobre a continuidade do processo expansivo da ocupação paulista, da continuidade sócio-cultural da “civilização caipira”, quer sejam, todavia, partes da dialética do universo rural brasileiro, com disparidades e semelhanças, aproximação ou retração, concentração e desconcentração, modernização e atraso, ação capitalista ou meio de subsistência.

Segundo Wortmann (1995), no Brasil, enfoca-se a realidade dos grupos rurais a partir da ótica produção-consumo, em detrimento dos aspectos de manutenção e perspectivas de sobrevivência. Queiroz (1973) identifica os grupos rurais pelas transformações ocorridas durante o processo de desenvolvimento. A autora enfatiza que a relação cidade-campo pode ser abordada de forma sistematizada, salientando que a penetração de elementos da vida urbana se dá pelo processo de homogeneização da relação rural-urbano com a existência de duas sociedades interligadas e heterogêneas, porém aparentes nas relações de produção.

Os aspectos associados à formação dos bairros rurais no interior paulista e a relação desenvolvida por meio da contextualização destas unidades geográficas evidenciam que há a promoção e a retração do modelo de sobrevivência, quer seja no âmbito do trabalho, quer seja no local de residência. Alguns autores já discorriam sobre esta dialética ao verificarem um processo de luta entre necessidades fundamentais e apropriação capitalista.

Para Fernandes (1979) a expansão do capitalismo agrário implica nas profundas mudanças no caráter produtivo. Tanto pelo viés econômico como pelo viés social o capitalismo tem duas vertentes: 1) a inserção ou a não-inserção e 2) a disponibilidade de técnicas e o mercado.

Kautsky (1986) enfatiza a estruturação do sistema capitalista na agricultura e sua articulação com a indústria através da apropriação da técnica e das relações de mercado incorporadas às propriedades agrícolas. Ele considerava já em sua época, os estabelecimentos como unidades produtivas, ressaltando que “a agricultura, não constitui (...), por si mesma, nenhuma forma especial de ser existente na sociedade; seu desenvolvimento encontra-se ligado intimamente ao desenvolvimento social” (1986, p. 33).

A questão da resistência em permanecer no meio rural, está no enfoque dos estudos sobre as alternativas e as perspectivas das comunidades rurais, tanto quanto, no ajustamento dos pequenos e médios produtores ao sistema de mercado concomitante a preservação dos traços culturais.

Constatou-se, por meio da pesquisa de campo, a ocorrência do empobrecimento contínuo da população dos bairros rurais e a crescente dependência em relação à ação do poder público local. Destarte, nesse caso, se estabelece dois tipos de resistência, uma simbiose entre os aspectos culturais e materiais, produzindo, respectivamente, uma resistência imperceptível, enraizada no cerne do grupo e transmitida por gerações, e, uma resistência materializada na reprodução social e no contexto do trabalho, adaptada a expansão do capitalismo no campo e a manutenção dos meios de produção.

A resistência dos bairros rurais: aspectos simbólicos

Os lugares caracterizam-se pela formação espacial enquadrada nas lutas sociais. Os lugares que oferecem a maior resistência são aqueles que, através da luta cotidiana carregam a bagagem cultural herdada no processo de formação do grupo e do modelo familiar. Os costumes se reproduzem, ora se retraindo, ora se expandindo, de acordo com a flexibilidade social no espaço e no tempo. Todavia são costumes comuns atribuídos às comunidades rurais há séculos (THOMPSON, 2002). Na realidade são destes costumes que derivam a resistência imperceptível no grupo.

De acordo com Thompson (2002), são os costumes que preservam a ação coletiva e ajustam os interesses, que, por vez, são expressos nos sentimentos e nas relações subjetivas diante dos símbolos. Por exemplo, os costumes existentes configuram-se num conjunto de direitos comuns, “leis” pré-estabelecidas por outras gerações que são determinantes para a continuidade do coletivo local, tais como respeito aos mais velhos, manutenção da palavra, devoção religiosa, negócios, doações, solidariedade etc. (THOMPSON, 2002). Tudo isso é transmitido através da cultura, e por ela garantido de tal modo que é praticado, acreditado e repassado novamente. Pois

(...) não podemos esquecer que a “cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob forma historicamente específica das relações sociais e de trabalho (THOMPSON, 2002, p. 22).

A tradição é um dos fatores determinantes da resistência. A tradição incorporada pelos caipiras, do modelo relacionado às práticas simbólicas e costumes cotidianos, fez com que o modelo patriarcal, no qual se prioriza o convívio familiar hierárquico e os valores morais/religiosos, se estabelecesse como referência para a educação, a qual é repassada, de maneira informal e facilmente assimilada na maneira formal de se fazer as refeições, nas reuniões familiares, nos cultos, na catequese e na sociabilidade festiva, conforme se expressa no Quadro 1.

Para Holanda (2001) o “núcleo familiar” funcionou como base da formação da sociedade brasileira, e, com relevância, pode-se afirmar que essa base teve início no universo rural. Evidentemente, a opção religiosa está ligada à família, o que desenvolve a construção de resistência no grupo, externalizada às gerações, no modelo de vida e até mesmo na consciência produtiva (WEBER, 2001).

Holanda (2001) relata que

um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas (HOLANDA, 2001, p. 146).

Para melhor caracterizar os efeitos da resistência no aspecto simbólico, foram analisados os detalhes existentes na constituição dos grupos sociais com as manifestações lúdico-religiosas associadas à tradição católica e os laços de devoção, crença e misticismo, refletidos nos lugares estudados, como se observa no quadro 1.

Cada lugar foi se identificando com um padroeiro, responsável pelas bênçãos atribuídas aos moradores, desde o sucesso das colheitas até a cura de enfermidades. Como retribuições eram oferecidas festas anuais, procissões, missas e cultos, queima de fogos e, para a manutenção dessas festas recolhiam prendas e doações.

Hoje, as festas ainda são realizadas nos mesmo moldes, porém com conotações diferenciadas, objetivando arrecadação e lucro, num contexto propriamente do meio capitalista, com devoção e gratidão, em segundo ou terceiro planos. Os lucros das festas destinam-se aos caixas das capelas. Todavia, o elo entre religião e práticas culturais é perceptível e mantido, como o próprio mito para a realização das festas.

Segundo Coelho (1999) a religião exerce papel nuclear e as festas religiosas aparecem como complemento das atividades, como memória e lembrança dos acontecimentos vivenciados pelo grupo. Atualmente a programação consiste na realização de grandes festas que duram três ou quatro dias. São planejadas durante meses e preparadas pela comunidade através de trabalho voluntário, contando com ajuda das associações locais e do apoio político.

Bourdieu (2001) ressalta que a eficácia simbólica prende-se a construção e a manutenção das sociedades. Tais relações representam a afirmação das identidades através de ícones e símbolos, que configuram formalmente a integração, a unidade e a existência social. As novas e velhas representações coexistem num mesmo espaço, entretanto, o novo chama mais a atenção, porém, o velho é mais nutrido de representação histórica.

No Quadro 2 verificam-se as diferenças existentes no interior das comunidades rurais de Martinópolis, contextualizando-se aspectos culturais, religiosidade, tradição e memória popular. Quanto à resistência no campo simbólico, Coelho (1999) afirma que

Se o mundo da produção, da sobrevivência, lhes impõe uma vigilância para o resguardo da tradição, o mundo das festas, da celebração é por excelência o terreno da autonomia absoluta. Mais que isso, o curso da investigação demonstrou-me que a religião é o lócus através do qual pude captar a resistência na sua forma mais real e expressiva (COELHO, 1999, p. 286).

Nome da Localidade	Situação: configuração do tipo de comunidade (se dispersa, formada por propriedades rurais ou constituição de núcleos)	Religiosidade: devoção, santo padroeiro e centralidade das atividades sociais	Manifestação Cultural
Chora-Chora	Bairro rural – sítiantes dispersos numa área relativamente extensa e pouco habitado.	Capela de São Judas Tadeu	Cultos e reuniões realizados na capela.
Matão	Bairro rural – sítiantes dispersos nas propriedades, porém mais aglutinados devido aos fatores de: parentesco, relações de trocas econômicas e simbólicas. Próximo a cidade	Capela de São Lucas em propriedade particular;	Cultos e reuniões realizadas na Capela. Quermesses realizadas no salão social e torneios realizados no futebol no campo (sem datas específicas)
Capão Bonito	Bairro rural – sítiantes dispersos nas propriedades (muitas sem residências); habitado por poucas famílias; próximo à cidade.	Capela Faz. São José; ex-colônia de imigrantes do Estado do Rio de Janeiro e de outras regiões de São Paulo ligados ao cultivo do café.	Participam de quermesses de vez em quando em outras comunidades e efetivamente da Festa de Sto. Antonio em Junho na capela de Vila Martins.
Teçaindã*	Vila (Teçaindã) – Sede de Distrito Administrativo; urbanizado. Componente fundamental na Geografia municipal por abarcar alguns bairros	Capela de São Pedro instalada no centro da vila, na praça, que nos dias sem missa é ponto de encontro dos moradores;	Realização de inúmeras quermesses durante o ano (religiosas e beneficentes), torneios de futebol e a tradicional Festa de São Pedro em junho
Cristal	Bairro rural – sítiantes; habitado por poucas famílias; a maioria migrou para as vilas. Formação: imigrantes nordestinos	Capela de São José	Missa e Quermesse anual a São José.
Vila Martins	Vila (núcleo habitacional): composto por sítios e fazendas; Aproximadamente 34 famílias residem na vila	Capela de Sto. Antonio na praça da vila	Missas mensais, cultos e reuniões semanais; Quermesse anual de Sto. Antonio em junho.
Vila Sta. Luzia	Vila – núcleo habitacional urbanizado – composto por sítios e poucas fazendas; população mais aglutinada e ligada aos serviços provindos do distrito de Teçaindã	Capela de Sta. Luzia instalada na rua central da vila.	Missa Mensal e reuniões semanais. Quermesses: S ^ª Luzia e outras durante o ano (acompanhadas de torneio de futebol)
Vila dos Bandeirantes	Vila – núcleo habitacional composto por sítios no entorno. É pouco povoado com localização geográfica mais distante da cidade.	Capela São Judas Tadeu.	Reuniões na capela; Quermesse anual a São Judas.
Gleba Nova	Bairro rural – sítios e fazendas com população caracterizada por ligações de parentesco (famílias de Teçaindã e Guachos)	Existência de duas Capelas: N ^ª S ^ª Aparecida e N ^ª S ^ª da Imaculada Conceição (propriedade particular).	Quermesses durante o ano e festas beneficentes
Guachos* (Vila Escócia)	Nome popular: Vila Escócia – sede de distrito administrativo; urbanizada. Localidade onde há fazendas no entorno; é o bairro mais populoso, constituído quase que totalmente por famílias nordestinas, exceto algumas famílias de origem espanhola.	Capela de São João Batista localizada na praça central.	Missa Mensal, cultos e reuniões semanais; Quermesse anual de São João Batista em junho e torneios de futebol; almoços beneficentes durante o ano.
AFAM – Associação de Agricultores Familiares de Martinópolis – Banco da Terra (Gleba Nova) –	Núcleo habitacional rural; apenas uma propriedade subdividida em 17 lotes. Em sua redondeza há fazendas e alguns sítios	Capela de Nossa Senhora Aparecida, uma das capelas frequentadas pelos moradores da Gleba Nova	Reuniões na Capela e Festa anual a Nossa Senhora Aparecida

Fonte: Pesquisa de Campo – 2003.

*Distritos

Quadro 2 Configuração das comunidades rurais no Município de Martinópolis/SP - organização geográfica, tipo de população, relações de trocas simbólicas e culturais.

A religiosidade é apresentada com papel preponderante, pois as relações simbólicas manifestadas e desenvolvidas pelas comunidades rurais, são resultado da própria construção da identidade social dos grupos ao longo de sua história (BOURDIEU, 2001).

A resistência dos bairros rurais: aspectos materiais

No campo da resistência material, a montagem de uma estrutura que satisfaça as exigências capitalistas de inserção na sociedade de consumo, e na competitividade do mercado, faz com que surjam alternativas, ações pontuais e particulares que dão roupagem e apontam soluções proporcionando estabilidade sócio-econômica e permanência no campo. A transformação na relação campo-cidade está modelada nas condições materiais mais do que nas condições físicas.

No decorrer da investigação, foram entrevistados produtores rurais que se adaptaram as condições impostas pelas mudanças do modelo econômico – 48 %, e os que não se constituem em produtores rurais, mas sim em trabalhadores que residem nas vilas e nos bairros, que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas – 52%. Verificou-se que 64,5% não pretendem sair do local e 35,5% têm a intenção de deixar o campo.

Esse fato é ressaltado por Silva (2001) quando analisa os “velhos e novos mitos do rural brasileiro”, ressaltando o significativo crescimento das atividades não agrícolas no meio rural entre os anos de 1996/99. Para tanto, o referido autor enfatiza que

a gestão familiar inclui agora outros negócios não-agrícolas como parte de sua estratégia de sobrevivência (...) ou mesmo de acumulação. Em outras palavras, o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser agrícola, tornou-se pluriativa (...), embora permaneça residindo no campo (SILVA, 2001, p. 43).

A necessidade de reproduzir a força de trabalho num espaço determinado e já conhecido, faz com que a propriedade represente não somente herança ou memória, mas principalmente a possibilidade de continuar residindo no local.

O sentimento de pertencimento ao lugar faz com que aqueles que permaneceram continuem explorando a terra. Os proprietários entrevistados pretendem continuar no campo. No entanto, a organização coletiva dos proprietários rurais é fraca e instável.

Dos 43 proprietários rurais, ligados a diferentes atividades, a amostragem indica tendência ao crescimento da renda, ou sustentação da atividade produtiva através de alternativas inovadoras, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Principais fontes de renda dos 43 proprietários rurais entrevistados nos bairros rurais de Martinópolis no ano de 2003.

Atividades ou fontes geradoras de renda	Tipo do Produto	Nº de produtores / produto	% de produtores ligados à atividade	% total da atividade
Pecuária (43)	Leite	33	76,7	100
	Engorda e Corte	20	46,5	
	Cria e recria	2	4,6	
	Suinocultura	9	20,0	
Lavoura (40)	Milho	14	35,5	93
	Feijão	13	30,2	
	Tomate	2	4,6	
	Mandioca	4	9,3	
	Algodão	2	4,6	
	Melancia	2	4,6	
	Laranja	1	2,3	
	Amendoim	1	2,3	
	Maracujá	1	2,3	
Horticultura (5)	Verduras e Legumes	5	11,6	11,6
Aves (2)	Galinha Caipira	2	4,6	4,6
Arrendamento (7)	Cana	4	9,3	16,2
	Feijão	1	2,3	
	Mandioca	2	4,6	
Outras Atividades alternativas (9)	Queijo e Requeijão	7	16,3	20,9
	Doces e Geléias	2	2,3	

Fonte: Pesquisa de campo – 2003.

Verificou-se que a pecuária de corte se constitui na principal atividade e fonte de renda, sendo praticada por 46% dos produtores. Com a crise no setor agrícola, principalmente na década de 1980, muitos produtores substituíram as lavouras pela criação de gado, sendo que 100% dos entrevistados desenvolvem essa atividade, com

destaque para pecuária leiteira – 76,7%. A lavoura continua sendo fonte de renda para agricultores com baixo nível de capitalização, destacando-se para o cultivo de milho e feijão. Outras culturas, tais como a mandioca e o algodão, também são exploradas, sendo o algodão um produto tradicional na região desde o final da década de 1930 (LINO, 1954).

De fato, hoje não prevalecem às relações com a natureza, mas sim o que é produzido social e historicamente, destacando-se os produtos que geram renda. A produção agrícola têm outro componente, a disponibilidade e reprodução do capital, o acesso a bens de produção, como máquinas, implementos, bem como a insumos químico e informações técnicas.

Quanto a evolução do espaço rural, constatou-se que, a princípio a renda da terra era gerada na especulação imobiliária, depois, na produção agrícola e pecuária. Atualmente, predomina o arrendamento de grandes propriedades para o cultivo de cana-de-açúcar e nas pequenas e médias propriedades se destacam as lavouras associadas à pecuária leiteira.

De fato, o desenvolvimento do tempo como duração social incorpora o espaço à história dos grupos e evidencia os diferentes aspectos de solidariedade de ambos. O espaço se incorpora à sociedade por meio do trabalho e da técnica, que o transforma sem cessar e o definem, por assim dizer, a cada etapa da evolução, fazendo com que o “mundo sensível” (possa ser concebido) como a *atividade* sensível total e viva dos indivíduos (CÂNDIDO, 2001, p. 30).

O que se pretende aqui, não é fazer uma análise da renda da terra, mas observar as relações processadas, a efetivação do novo modelo agrícola brasileiro e as implicações no espaço estudado. As relações entre as fases do processo produtivo, bem analisadas por Marx em “Introdução à Crítica da Economia Política”, são importantes para se entender que, no meio rural a terra é entendida como meio de produção e o trabalho social desenvolvido sobre ela no tempo e no espaço, gera renda. É a manifestação inequívoca do capital, sendo ele concretizado em trabalho, técnica, bens e dinheiro.

Weber (2001, p. 46) lembra que, para o capitalista “tempo é dinheiro”, “crédito é dinheiro”, e, “que o dinheiro é de natureza política e geradora” de dinheiro. Evidentemente, tanto o dinheiro como o produto dele, pode gerar mais dinheiro. Para tanto, a renda da terra tem como finalidade gerar lucro, e mais capital, assim, “quanto

mais dele houver, mais produz a cada aplicação, de modo que seus juros aumentem cada vez mais rapidamente” (WEBER, 2001, p. 46).

A renda da terra configura-se como ponto fundamental no processo produtivo agrícola, visto ser no conjunto dos meios de produção que se dá a reprodução do capital. Portanto, no modo capitalista de produção, o que determina se uma propriedade é rentável ou não é a maneira como ela é conduzida; como a renda é gerada, como converter a renda em lucro e em mais investimentos, criando-se um ciclo interminável de produção – circulação – reprodução – consumo.

De fato, com a modernização do meio rural, não é somente a quantidade que importa, mas a qualidade com que se produz, a fim de atender os interesses do mercado em menor tempo. Marx (1999), no século XIX, escrevia sobre a renda da terra e salientava a ocorrência de um ciclo produtivo – produção, consumo, distribuição e circulação. Assim, ele afirma que

A agricultura transforma-se mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital. A mesma coisa ocorre com a renda da terra. Em todas as formas em que domina a propriedade fundiária, a relação com a natureza é ainda preponderante. Naquelas em que domina o capital, o que prevalece é o elemento produzido social e historicamente. Não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto compreende-se o capital sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final a ser desenvolvido antes da propriedade da terra. Depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca (MARX, 1999, p. 45).

Todavia, a necessidade de produzir renda impõe ao produtor rural uma dinâmica que está relacionada a quantidade em que se produz, conjugada a outros elementos como: a qualidade, a flexibilidade para mudar de um ramo ao outro, a relação com a natureza, as condições físicas do lugar e a apropriação delas, e o prosseguimento das relações na divisão social do trabalho e das trocas.

Verificou-se, nesta investigação, que o grande desafio para os produtores nos bairros rurais, está na esfera da circulação, ou seja, na comercialização dos produtos gerados. No entanto, embora alguns produtores produzam em larga escala, outros vislumbram novas perspectivas e alternativas para continuarem no meio rural.

É necessário que se especifique que as condições podem ser viabilizadas, tanto pela estrutura financeira, como pela ação social coletiva e pela ação política estatal subvencionada, em ações de liderança, apropriação de verbas, fiscalização e gerenciamento, pois o

capitalismo atual, que veio para dominar a vida econômica, educa e seleciona os sujeitos de quem precisa, mediante ao processo de sobrevivência econômica do mais apto. Mas aqui podemos facilmente vislumbrar os limites do conceito de seleção como meio de explicação histórica. Para que tal modo de vida, tão bem adaptado às peculiaridades do capitalismo, pudesse ser selecionado, isto é, viesse a sobrepujar os outros, ele deve se originar em algum lugar, não em indivíduos isolados, mas como modo de vida de inteiros grupos humanos (WEBER, 2001, p. 50).

A necessidade de inserção no mercado surge hoje como pré-condição para produzir, intercalando-se no circuito “produção – consumo/oferta – procura”. A produção sem circulação e consumo não configura um ciclo completo da escala produtiva. De fato, “a própria circulação é um momento determinado da troca, é a troca considerada em sua totalidade” (MARX, 1999, p. 38).

Porquanto, a flexibilidade e a verticalização fazem com que os produtores rurais busquem o menor custo de produção e a maior renda; maximizando o tempo e o lucro. Quando se estuda essa relação, através do processo de construção das resistências internas ao sistema capitalista, nota-se que no centro das relações está a terra que é o espaço físico, onde se realiza a produção, a base das relações de trabalho. Nas comunidades, porém, manifestam-se as relações de poder, as condições sociais das trocas e a viabilização da sociabilidade local.

É no processo histórico que se dão os momentos de crise, e são nesses quadros que se criam alternativas para a continuidade e sobrevivência de grupos menores. Emergem, portanto, as resistências. A continuidade da reprodução da força de trabalho e a reafirmação do grupo, resiste ao abandono, resultando na sua inserção. Para que? Para o surgimento de novas bases sócio-produtivas através da apropriação de elementos que sobrepujam o velho, mas que se reconhecem nele, reformando, ainda que num lento processo, a ordenação da reprodução social.

As trocas, tanto no campo simbólico como no campo material são intrínsecas. Estão interligadas através da construção sócio-espacial-cultural do grupo. Marx (1999, p. 38) ressalta que

(...) não existe troca sem divisão do trabalho, quer natural, quer como resultado histórico; (...) a intensidade da troca, do mesmo modo que sua extensão e tipo, são determinadas pelo desenvolvimento e articulação da produção; por exemplo: a troca entre a cidade e o campo, a troca no campo, na cidade, etc. A troca aparece assim em todos os seus momentos diretamente compreendida na produção ou por ela determinada.

Na sociedade se materializam essas relações de troca. Estas, se tornam objeto, dentro de um processo dialético de análise, por fatores diretos de abandono/permanência, expulsão/inserção.

No estudo das comunidades rurais de Martinópolis, constatou-se que quanto maior a inserção de capital, maior a diferenciação. Com o aprofundamento das relações capitalistas na agricultura, o campo tem hoje um papel diferenciado, e com maior racionalidade econômica, com redução do peso de outros elementos.

Neste contexto, ressalta-se que os produtores ainda encontram dificuldades para a sua reprodução social no meio rural, entretanto, uma parte tem resistido, e aos poucos, conseguido incorporar certas inovações às atividades agropecuárias, ou, de alguma forma, tem procurado alternativas de renda por meio do desenvolvimento de atividades não-agrícolas, ou mesmo do emprego urbano ou da aposentadoria. Além disso, as comunidades rurais de Martinópolis vêm ampliando a sua representatividade política e o poder público municipal tem estendido os serviços públicos básicos até estas áreas, o que tem contribuído para a permanência da população no meio rural, tanto nas propriedades, como na sede dos distritos.

Considerações finais

Há muitos bairros rurais no interior do Estado de São Paulo. Estão presentes na maioria dos municípios e representam uma parcela significativa da população local, consubstanciando-se por grupos de menor ajuntamento, o que compreende parte da população rural dos municípios.

Por serem, na maioria, municípios pobres, com baixos índices de desenvolvimento e, sabendo-se que suas economias, dependem basicamente do que se produz no setor agrícola, conclui-se que a evolução econômica e territorial destas áreas, no interior do Estado de São Paulo, não resultou em desenvolvimento efetivo.

Grandes mudanças ocorreram ao longo do período de colonização-povoamento – crescimento, e, posterior estagnação. Com a intensificação dos processos de urbanização e industrialização do país foram tecidas novas relações entre as comunidades, os proprietários rurais, as vilas e as cidades.

Entende-se, portanto, que a formação dos grupos rurais no Brasil, acompanhou as transformações nas relações de produção e a reprodução sócio-espacial do modo capitalista de produção. Surgiram comunidades aparentemente iguais em costumes e valores, mas não definidas pelo planejamento territorial estatal. A definição dos agrupamentos rurais não aparece pronta no espaço e no tempo, é decorrência da adaptação e da resistência de grupos, quando objetivaram o atendimento de necessidades básicas de sobrevivência.

Diferenciavam-se o campo e a cidade: o campo era o lugar de produção e habitação da antiga sociedade e a cidade fruto dos processos de industrialização e urbanização. De fato, aos poucos, alteraram-se os conceitos.

Na região de Presidente Prudente, verificou-se que as comunidades rurais surgiram, primeiramente por meio de um processo de transação imobiliária, com negócios lícitos ou não, abrangendo, trocas, fracionamento irregular de terras, o que se configurou, na especulação imobiliária. Houve intensa atuação de empresas imobiliárias interessadas em ocupar e explorar a região, aproveitando-se dos recursos financeiros e fiscais do Estado. Num segundo plano, houve a ação social de populares, trabalhadores livres, colonos e aventureiros que chegaram à região para lavrar a terra e se reproduzirem socialmente.

Os trabalhadores foram os principais agentes da ocupação do território, seja em âmbito regional ou local. A constituição de vilarejos e o desenvolvimento da cidade como centro de distribuição de bens, comercialização e consumo da produção agropecuária, e conseqüentemente, fornecedora de serviços, resultou da produção desse espaço, em sentido genérico, como desenvolvimento de uma tarefa comunitária. No entanto, para o fortalecimento das relações sociais, foi montada uma resistência baseada nas trocas simbólicas, e que, posteriormente, se materializou em trocas materiais.

A junção comunal, o afrouxamento frente à dispersão e ao isolamento e o sentimento de pertencimento ao grupo, garantiram a sua permanência. Atualmente, tem

sido a capacidade de se inserir no processo produtivo, e a ocorrência de políticas públicas, mesmo que frágeis, que têm garantido a manutenção das comunidades.

Os bairros rurais devem ser entendidos como unidade geográfica, na qual a sociabilidade é caracterizada por uma rede de ações e relações. Foi através de uma rede, aparentemente simplificada, que se permitiu a permanência no campo, por ser ela, constituída de elementos em constante metamorfose. Para tanto, estão presentes elementos simbólicos e materiais nas relações de vizinhança, nos costumes comuns, na identidade, na história, na cultura, na ocupação territorial, na hereditariedade, no parentesco, nas crenças e nas lutas.

A eficácia simbólica, evidentemente, prende-se à construção e manutenção das sociedades, e essas relações representam à afirmação das identidades através de ícones e símbolos que configuram, formalmente, a integração, a unidade e a existência social. As novas e velhas representações coexistem num mesmo espaço, entretanto o novo necessita de adaptação. No modelo capitalista, de inserção, construção e destruição, e novamente construção de outros modelos, simultaneamente. Porém, o velho, nutrido de representação histórica, constitui a motricidade que resiste a expulsão. O conjunto-cotidiano, para a efetivação da dinâmica relacional dos indivíduos e dos grupos, forma uma economia de trocas simbólicas, consubstanciando-se efetivamente, na economia de trocas materiais.

Anteriormente os grupos tinham uma divisão social do trabalho simplificada, na qual prevalecia a divisão sexual interna. A importância do meio rural como espaço produtivo e capitalizado, fez com que a divisão social do trabalho se tornasse complexa, a partir da transferência do consumo da esfera local para esferas mais amplas. A disponibilidade de bens industrializados emerge como necessidade e conforto para os habitantes da zona rural.

Quando se perguntava aos habitantes dos bairros rurais qual a definição do local onde moram, ouviu-se, claramente, no bairro tal ou vila tal, que representava, e ainda representa um contexto de vizinhança, que ainda persiste a capela como unidade central, e as relações de produção agrícola como meio de vida, sejam elas rentáveis ou não. A esse conjunto de relações, ora configuradas num processo de rede, é o que se chama “bairro rural”, atualmente no interior paulista. Uma somatória de esvaziamento

populacional e pertencimento; da presença de relações econômicas fortalecidas pela inserção de técnicas, capital e mercado, coexistindo com a vida simples, relacional e de aquisição de bens básico necessários; do surgimento de atividades de maior ou menor complexidade, sendo elas agrícolas ou não agrícolas, porém coexistente no mesmo espaço.

Alguns pontos podem ser destacados para o entendimento das atuais condições dos bairros rurais:

1. A agropecuária sempre esteve em posição de destaque, sendo base econômica para a formação social. A área estudada foi palco de uma ação social produtiva ininterrupta, embora com fases de maior e menor dinamismo;

2. Os grupos sociais são os protagonistas do processo, ressaltados como principais agentes da gênese histórica, cultural e espacial, deixando para segundo plano as transações capitalistas das empresas de colonização e do latifúndio;

3. A internalização do capital industrial na agricultura não promoveu a efetivação de uma cadeia agroindustrial, entretanto, foi através deste processo que muitos produtores se adaptaram ao novo sistema de mercado, e continuam a buscar alternativas, tais como a pluriatividade e a diversificação da produção.

4. Coexistem, num mesmo espaço, as relações simbólicas, como aspectos da resistência e da vida relacional local, porém, as relações materiais expressas no esforço de se estabelecerem como agentes produtivos devem ser ressaltadas.

Cresce o número de pessoas ligadas às atividades não-agrícolas no meio rural e a agregação de renda por meio da diversificação dos produtos e da flexibilidade das atividades e serviços. A combinação da exploração de atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural tem garantido a manutenção da propriedade da terra por uma parcela expressiva de agricultores.

As ações estatais dos entes federal, estadual e municipal têm sido de fundamental importância para a retomada do dinamismo nas comunidades rurais em municípios economicamente dependentes das atividades agropecuárias como é o caso de Martinópolis. O planejamento, a pesquisa e a promoção do desenvolvimento, articulados aos interesses coletivos, são de fundamental importância.

A elaboração de projetos bem estruturados e com objetivos definidos, sempre com a participação dos entes públicos, pode impulsionar a dinâmica dos bairros rurais, tanto em Martinópolis, como nos demais municípios da Região de Presidente Prudente. Parte dos produtores rurais reúne as condições para agregar valor aos produtos agropecuários, bem como para fornecer bens e serviços aprazíveis à população urbana.

No entanto, o fortalecimento da ação política, o exercício pleno da cidadania e a participação ativa da população são de fundamental importância para garantir a permanência e o fortalecimento dos bairros rurais.

Referências

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora 2001.

CENSO Agropecuário (anos 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/sidra>

CENSO Demográfico: população dos Municípios (anos, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/sidra>

COELHO, Marília. **Memória, Identidade e Resistência Cultural**. 1999. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, 1999.
CONTAGEM Populacional, 1996. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/sidra>

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

DALTOZO, José Carlos. **Martinópolis, sua história, sua gente**. Martinópolis/SP: Gráfica Martipel, 1999.

D'INCAO e MELLO, Maria Conceição de. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. São Paulo: Vozes, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil**. In: SMRECSÁNYI T., QUEDA, Oriowaldo. **Vida rural e mudança social**. 3ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1979.

FRANCO, Maria Silvia de C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Ed. Unesp, 3ª ed., 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 26ª ed. 2001.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **Perspectivas da Sociologia Rural**. In: MARTINS, J. de Souza. **Introdução e Crítica a Sociologia Rural**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 163-178.

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCL, 1972.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política, do Capital, O Rendimento e suas fontes**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MONBEIG, Pierre. **Os Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

PETRONE, Maria T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **Bairros Rurais Paulista: dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e espaço, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas/SP: Ed. Unicamp – IE, 1999.

SOUZA, P. C. e HESPANHOL, A. N.. **A resistência dos bairros rurais no Município de Martinópolis/SP**. Geografia em Atos, Unesp/Presidente Prudente, v. 1, n. 4, p. 99-115, 2002.

SOUZA, P. C. **A estruturação agropecuária do Município de Martinópolis/SP: os casos dos distritos de Guachos e de Teçaindá**. Presidente Prudente/SP, 1999. 133f. (Monografia de Bacharelado, Universidade Estadual Paulista, 1999).

THOMPSON, Eduard. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo-Brasília: Hucitec/UnB, 1995.

***Recebido em 21/09/2009**

Aceito para publicação em 17/06/2010